



CONSTRUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS PARA ALUNOS COM SURDEZ ELABORADOS POR LICENCIANDOS EM MATEMÁTICA: UMA EXPERIÊNCIA NO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA (PA)

Isabel Lopes Valente ¹
Ana Mara Coelho da Silva ²
Marcelo Marques de Araújo³

Categoria: Relato de experiência

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Experiências pedagógicas e institucionais com o público-alvo da educação especial

RESUMO: A inclusão tem sido uma temática de importância significativa na sociedade e principalmente no meio educacional e nesse sentido, os professores precisam ser formados com vistas a ser sensibilizado e a promover esse processo inclusivo. O presente trabalho apresenta o resultado de uma ação desenvolvida na disciplina LIBRAS em uma turma de licenciatura em matemática, constituída de 24 licenciandos, no Município de Abaetetuba, no primeiro semestre de 2018. Ação buscou sensibilizar os licenciados com a utilização de filme que discutia a inclusão de pessoas surdas e rodas de conversas para esclarecimentos, também foi realizada uma oficina de elaboração de jogos lúdicos, confeccionado com material reciclado, para trabalhar conceitos matemáticos objetivando a compreensão e uso da LIBRAS na prática docente, como recurso pedagógico para formação cidadã de alunos surdos. Os resultados dessa ação se deu por meio da apresentação dos mini projetos como atividade de culminância do curso. Os licenciandos se sensibilizaram quanto a inclusão de

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemática do Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará, Licenciada em Matemática, Especialista em Educação Matemática, Especialista em Língua Brasileira de Sinais, Professora da Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará e Professora Colaboradora da UFPA no Programa de Formação de Professores pelo PARFOR. E-mail: isalvalente@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemática do Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará. Licenciada em Matemática. Especialista em Educação Inclusiva e o Ensino da Matemática. Professora da Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará. E-mail: maracoelho17@yahoo.com.br

³ Doutor em Educação em Ciências e Matemática e Professor do Programa de Pós-graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemática do Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará. E-mail: marcelomarkes@uol.com.br

estudantes surdos no espaço educativo, demonstraram a utilização concreta dos objetos matemáticos e consideraram valorosas as produções estabelecidas na disciplina.

Palavras- chave: 1. educação inclusiva. 2. formação de professores. 3. LIBRAS

1. INTRODUÇÃO

A inclusão tem se configurado como uma temática de importância significativa na sociedade e principalmente no meio educacional e nesse sentido, os professores precisam ser formados com vistas a ser sensibilizado e a promover esse processo inclusivo (RAMOS, 2010). No Brasil leis e decretos têm sido estabelecidos no sentido da garantia legal dessa inclusão. No entanto, embora existam esses documentos isso não significa que seja garantido o processo de inclusão.

Historicamente a inclusão de alunos surdos no espaço educacional tornou-se um objetivo defendido por membros da “comunidade dos surdos” e de educadores em todo o mundo estabelecendo um grande movimento em prol desse objetivo. Em nosso país, como fruto desse movimento, foi criada a lei 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) que no seu artigo primeiro reconheceu a LIBRA (Língua Brasileira de Sinais) como “meio legal de comunicação e expressão” constituindo-se como “um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

Alinhado a isso, o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), regulamentando a lei já mencionada, tornou a LIBRA como disciplina obrigatória em diversos cursos de graduação do sistema educacional brasileiro, entre os quais, os cursos de licenciatura das instituições de ensino superior de nosso país.

Embora na legislação vigente se apregoe a obrigatoriedade. No campo da formação inicial e continuada de professores, se faz necessário levar os licenciandos e professores em formação, a uma sensibilização e a uma reflexão a respeito de suas práticas, no sentido dessa inclusão, bem como à necessidade de construção

de recursos didáticos e pedagógicos que possam ser utilizados com aluno surdo em suas ações docentes.

Há uma carência no que diz respeito a existência, divulgação e utilização de recurso didáticos voltado a estudantes com surdez que estão inclusos nos espaços educacionais em nosso país, sendo ainda mais difícil o acesso a eles nas cidades do interior do estado do Pará. Dessa forma, professores e licenciandos em formação precisam ser estimulados a construir esses recursos didáticos que possam ser utilizados com estudantes surdos no processo de sua docência.

Este trabalho tem por objetivo estabelecer um relato de experiência, da primeira autora, uma professora formadora de professores de matemática, no transcurso das aulas da disciplina LIBRAS, do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Pará pelo Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) no município de Abaetetuba (PA) ocorrido no início do ano de 2018. Embora a obrigatoriedade da disciplina LIBRAS tenha, na educação superior, um caráter básico, no sentido de se conhecer a língua de sinais brasileira, aqui nesse caso, as ações da disciplina foram, além disso, com a produção de recursos didáticos a ser utilizado na educação de surdos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A questão da inclusão de surdos no contexto educacional tem sido alvo de discussão a partir de sua regulamentação instituída pela nossa última Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). No entanto, não é suficiente que apenas o aluno surdo frequente uma sala de aula regular para que ele esteja incluso, mas que ele tenha as suas necessidades educativas satisfeitas de forma plena.

Nesse sentido, se faz necessário que o professor possa desenvolver um trabalho capaz de valorizar as diferenças. Nas palavras de Lorenzetti (2003, p. 521) ela afirma que esse trabalho precisa estar alicerçado “nos objetivos de uma educação que vise à valorização do exercício da cidadania, o desenvolvimento

V CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA

ISSN 2526-3579

biopsicossocial do indivíduo e a sua preparação para estar inserido nos mais variados contextos sociais”.

Por outro lado as tensões estabelecidas na relação professor-aluno no processo de inclusão no ensino regular são de origens diversas, no entanto Lorenzzett (2003) descreve em sua pesquisa, realizada com professoras de escolas públicas, que as falas das professoras ao referir-se ao primeiro contato com o aluno surdo demonstram:

sentimento de medo do desconhecido e as dificuldades encontradas para lidar com as diferenças. Pelo fato de o aluno surdo não se comunicar através da fala, ocorre toda uma mudança de comportamento nas professoras que podem levar tanto à aceitação quanto à rejeição” (Lorenzzett, 2003, p. 524)

Essa citação demonstra a necessidade de preparo por parte do professor para lidar com essas diferenças. Nesse sentido, a formação (inicial/continuada) do professor adequada à inclusão precisa perpassar por capacitações que o levem a conhecer e operacionalizar essa inclusão sensibilizando-o quanto ao entendimento dessas diferenças e levando-o a romper com os obstáculos associados com a efetiva comunicação.

A realidade do Estado de Santa Catarina citada por essa autora provavelmente não deve diferir muito da realidade educativa de outros entes da federação, como no caso do Estado do Pará no qual realizamos essa ação. O oralismo, por sua vez, é um processo que busca levar o surdo a compreender e produzir a linguagem oral, baseando-se no princípio de que todo surdo pode receber sons da fala passando a se tornar um interlocutor através da linguagem oral. Nessa concepção a escola acaba funcionando mais como uma espécie de “laboratório fonético” e o professor muito mais como um “terapeuta” do que um educador (LIMA, 2006).

Como já mencionamos anteriormente, no processo do movimento inclusivo, a legislação brasileira tornou obrigatória a disciplina LIBRAS nos cursos de graduação das diversas licenciaturas. Cabendo, portanto as instituições de ensino

públicas e privadas a implantação da referida disciplina nas matrizes curriculares de seus cursos, cabendo ao governo a fiscalização do cumprimento da lei e a promoção de programas de formação de professores que já tragam nos seus projetos pedagógicos essa implantação. É o caso do Curso de Licenciatura em Matemática do Plano Nacional de Formação de Professores da Universidade Federal do Pará no qual resultou esse trabalho.

O Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) é um programa do governo federal implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as Instituições de Ensino Superior (IES). O principal objetivo desse programa é:

“garantir que os professores em exercício na rede pública de educação básica obtenham a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, por meio da implantação de turmas especiais, exclusivas para os professores em exercício.

Os tipos de cursos oferecidos são:

I-Primeira licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior;

II-Segunda licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica, há pelo menos três anos, em área distinta da sua formação inicial; e

III-Formação pedagógica – para docentes graduados não licenciados que se encontram em exercício na rede pública da educação básica. (BRASIL, 2018)

A disciplina LIBRAS objetiva estabelecer os fundamentos da língua de sinais no sentido de embasar a comunicação gestual do professor com os estudantes surdos. Mas no caso particular desse curso se buscou, além desses fundamentos desenvolver recursos didáticos relacionados com objetos matemáticos que pudessem ser utilizados com os estudantes surdos.

Essa iniciativa tem importância significativa, pois no processo da educação inclusiva os recursos didáticos a serem utilizados com estudantes surdos precisam ser construídos de forma a permitir a igualdade de condições de acesso ao conhecimento tanto par estudantes surdos como ouvintes.

Consideramos recurso didático como todo material utilizado para auxiliar o ensino - aprendizagem de determinado componente curricular a ser usado pelo professor junto a seus alunos (DE SOUSA, 2007). Esse recurso deve propiciar ao estudante o estímulo a novos conhecimentos no sentido de coloca-lo em prática na sua vida social.

As propostas educativas direcionadas ao estudante surdo deve proporcionar o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Ressaltando, a importância de desenvolver a consciência da utilidade da escrita e oferecendo uma metodologia de ensino própria para essa criança. Devendo ter contato com a língua portuguesa de forma funcional, a partir de objetos familiares para ela, estabelecendo a relação da palavra com as coisas. (KUBASKI, 2009).

Segundo Vygotsky a deficiência auditiva não é um aspecto que necessariamente dificulte a aprendizagem, mas sim, um fator diferencial necessitando de recursos que possam garantir a formação do conhecimento. Diante disso à escola precisa propiciar mecanismos que possam garantir a interação da linguagem com o conhecimento (VYGOTSKI, 1997).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DENVOLVIDAS

O presente relato de experiência se constituiu como uma ação pedagógica no sentido colaborativo e foi desenvolvida na disciplina LIBRAS em uma turma de licenciatura em matemática da Universidade Federal do Pará pelo PARFOR que era constituída de 24 licenciandos, no Município de Abaetetuba, no primeiro semestre de 2018. Convém ressaltar que esses estudantes já eram professores da educação básica atuando em seus municípios, e, portanto com alguma experiência docente, no entanto, a sua grande maioria estavam cursando pela primeira vez um curso de graduação.

A dinâmica inicial da ação durante as aulas da disciplina objetivava inicialmente o letramento desses estudantes na língua brasileira de sinais e, além

disso, produzir nesses estudantes uma sensibilização quanto a necessidade da inclusão do aluno surdo no espaço educacional.

Para esse fim três estratégias foram fundamentais: a primeira com o uso de roda de conversas buscando a problematização de questões relacionadas a uma possível presença de estudantes surdos em uma sala de aula na qual esses licenciandos fossem os professores; segundo com a utilização de filmes que discutiam a necessidade da inclusão do aluno surdo na sociedade e a terceira com a experiência da professora da disciplina, primeira autora desse trabalho, trazendo seu depoimento e sua história de vida profissional na educação de surdos.

Na primeira estratégia da dinâmica inicial foi importante a disposição, das cadeiras na roda de conversa, em cada pessoa fala com seu colega de frente. Neste momento eles passaram a compreender alguns aspectos da singularidade das pessoas com surdez, pois no mundo do silêncio a estrada da memorização é visual e se comunicar com o estudante surdo se faz necessário se comunicar com ele de frente.

Desse modo outras instruções do tipo: fale pausadamente, explore a suas expressões de acordo com o momento do diálogo (buscando deixar claro ao estudante surdo expressões como feliz, triste, preocupado, assustado, interrogando e outras). Neste momento surge vários questionamentos do tipo: como é o convívio da pessoa surda com seus familiares? Eles conseguem ter organização de pensamentos? Eles são alfabetizados em Língua Portuguesa?

Esses questionamentos puderam ser esclarecidos com a segunda estratégia fazendo o uso do filme “ Meu nome é Jonas” , esse filme esclarece bem essas perguntas e começa a existir não somente um interesse pelo aprendizado da Língua de Sinais, mas também a torná-los mais sensíveis a causa da comunidade de surdos, pois o filme retrata a história de vida de uma criança surda que nasce e enfrenta as dificuldades de rejeição e comunicação na própria família. Os licenciandos passam a compreender que Jonas é um ser humano com limitações,

mas também com alternativas, potencialidades e capacidade de aprender uma nova língua, só que agora de caráter gestual..

A terceira estratégia inicial a experiência da professora da disciplina no convívio constante com alunos surdos, uma vez que trabalha em uma Instituição Especializada, atuando como professora itinerante em uma escola do ensino regular, especialista em LIBRAS e ainda graduada em licenciada em matemática, a mesma graduação buscada por cada um daqueles licenciandos. Ajudando com isso a compreender as dificuldades apresentados pelos professores, que tem em sua turma alunos surdos. Essas experiências serviram de subsídio, na vida profissional da professora, nos momentos da explicação dos componentes curriculares, elaboração de tarefas, aplicação de avaliações e outros momentos de socialização com aluno surdo.

A dinâmica intermediária da ação consistiu na realização de uma oficina em que os licenciandos, organizados em equipes, eram os protagonistas com a construção e elaboração de jogos lúdicos, confeccionado com material reciclado, para trabalhar conceitos matemáticos objetivando a compreensão e uso da LIBRAS na prática docente, como recurso pedagógico para formação cidadã de alunos surdos. A Fotografia 1 ilustra momentos da oficina no qual os estudantes construam os recursos lúdicos

Fotografia 1 Momentos da oficina no qual os estudantes construíam os recursos lúdicos



4. RESULTADOS, PRODUTOS DAS OFICINAS LÚDICAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado dessa ação se deu por meio da apresentação dos miniprojetos como atividade de culminância do curso. Os licenciandos demonstraram a utilização concreta dos objetos matemáticos e consideraram valiosas as produções estabelecidas na disciplina. A fotografia 2 ilustra uma das apresentações em que um jogo lúdico foi construído.

Fotografia 2 Licenciandos apresentando os jogos construídos



Na atividade intitulada “Vamos a Feira” (Fotografia 3), buscou-se explorar as operações adição, subtração, multiplicação, divisão e porcentagens. Cada informação dos frutos são identificados o nome em LIBRAS, língua portuguesa, sinal em Libras das frutas e ainda valores também em língua de sinais. Esse tipo de recurso elaborado pode promover a aprendizagem tanto para alunos surdos como ouvintes.

Fotografia 3 Momentos da atividade Vamos a Feira



Esse momento construção oportunizou aos licenciando, que também são professores da educação básica a perceberem que seu conhecimento profissional básico nem sempre são suficientes para fazer face a um processo inclusivo e que há necessidade de outros recursos que nem sempre estão prontos e elaborados, mas se fazendo necessário a criatividade para elaboração e implementação desses recursos em sala de aula.,

Um outro aspecto importante foi a reflexão da própria prática docente, no sentido do conhecimento versus prática, no saber fazer, na reflexão na ação e nos saberes sobre a reflexão na ação desses licenciandos. Sabemos que no percurso da vida profissional, é surgem situações que irão levar o profissional a reflexão suas próprias praticas. Como nas palavras de Schön:

Quando o fenômeno que enfrenta elude as categorias ordinárias do conhecimento-na-prática , apresentando-se como o único ou instável o profissional pode fazer emergir e criticar a sua compreensão inicial do fenômeno, construir uma nova descrição e comprová-la mediante uma experimentação sobre o seu andamento. Por vezes, chegará a elaborar uma nova teoria do fenômeno ao articular um pensamento que tinha sobre ele”(SCHÖN , 1983 apud CONTRERAS, 2002, p. 108)

Pensamos que ações como essas precisam ser replicadas no meio educacional da educação superior para que que possam alcançar outros licenciandos e professores de outras áreas de conhecimento no sentido da melhoria do processo inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acessado em 09 de novembro de 2017

BRASIL, **Página da CAPES.** <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor> acessada às 14:00 h do 16 de junho de 2018

CONTRERAS, José. **A autonomia dos professores.** São Paulo: Cortez, 2002.

**V CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**

DE SOUZA, S. E.; DE GODOY DALCOLLE, G. A. V. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. 2007.

KUBASKI, C.; MORAES, V. P. O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas. In: **IX Congresso Nacional de Educação–EDUCERE**. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 2009. p. 3413-3419.

LIMA, Maria do Socorro Correia de. Algumas considerações sobre o ensino de português para surdos na escola inclusiva. In: **Revista Letra Magna**. Ano 3, n. 5, 2006.

LORENZZETTI, Maria Lúcia. A inclusão do aluno surdo no ensino regula: a voz das professoras. **Revista Contrapontos**, v.3, n.3, p. 521-528 - Itajaí, set./dez. 2003

RAMOS, R. **Inclusão na Prática**: estratégias eficazes para a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2010.

VYGOTSKI, L. OBRAS ESCOGIDAS V. **Fundamentos de defectologia**. Madrid: Pedagógica, 1997.